

Agricultura Familiar, Tecnificação, Envelhecimento e Políticas Públicas: dois estudos de caso em Indianópolis e Araguari, MG [♦].

Área Temática: Economia Mineira.

Carlos Alves do Nascimento¹
Samantha Rezende Mendes²
Jucyene das Graças Cardoso³

RESUMO

O artigo apresenta algumas conclusões de uma pesquisa de campo com agricultores familiares dos municípios de Indianópolis e Araguari, pertencente ao Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP), estado de Minas Gerais. Mostrou-se que a agricultura familiar pesquisada encontra-se fragilizada em importantes aspectos, configurando-se uma possível tendência ao abandono das atividades agrícolas (e da pluriatividade). Evidencia-se que o viés produtivista reproduz em patamares cada vez mais elevados a *subordinação* da agricultura familiar pesquisada aos capitais industrial e mercantil, juntamente com a insuficiente abrangência dos programas públicos para a agricultura familiar reforçando o quadro de fragilidade das unidades produtivas familiares aqui relatados.

Palavras-chave: modernização agrícola, agricultura familiar, pluriatividade, políticas públicas

[♦] Os autores agradecem ao CNPq por ter financiado a pesquisa de campo da qual resultou este artigo.

Agradecem também aos técnicos da EMATER Araguari e Indianópolis pelo apoio à definição da amostra e localização dos agricultores familiares pesquisados.

¹ Professor Doutor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. can@ie.ufu.br

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Samantha86_rezende@yahoo.com.br

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Jucyene@yahoo.com

Agricultura Familiar, Tecnificação, Envelhecimento e Políticas Públicas: dois estudos de caso em Indianópolis e Araguari, MG[♦].

INTRODUÇÃO

O objetivo central deste artigo consiste em apresentar conclusões de duas pesquisas de campo realizadas nos municípios de Araguari e Indianópolis, pertencente à mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP), estado de Minas Gerais. Essa pesquisa procurou analisar as transformações na organização do trabalho e da produção entre os agricultores familiares desses municípios. Tais transformações são decorrentes, por um lado, do efeito do avanço da modernização da agricultura (que tem impacto negativo sobre a força de trabalho agrícola e sobre os pequenos produtores familiares), e, de outro lado, da inserção nos mercados de trabalho não agrícolas pelos membros das famílias rurais.

Buscou-se entender as razões que fazem com que um determinado conjunto de unidades familiares “resistam” a tais mudanças sem abandonar as atividades agrícolas, como é o caso das famílias estritamente agrícolas (não pluriativas), que residem nas mesmas localidades e contam com as mesmas características sociais e culturais das famílias pluriativas (famílias que conciliam atividades agrícolas com atividades não agrícolas). Adicionalmente, procurou-se analisar se aquelas transformações levam a família agrícola a se tornar, tendencialmente, família pluriativa ou família não agrícola (família sem vínculo produtivo com a agricultura).

As hipóteses de trabalho foram as seguintes: i) a modernização agrícola (exigências de uso intensivo de insumos modernos e caros, etc.), em virtude da concorrência e do elevado endividamento das unidades produtivas mais descapitalizadas, pode estar forçando muitos pequenos produtores familiares a abandonar suas atividades agrícolas; e ii) Programas oficiais como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, podem estar servindo como fatores atenuantes da hipótese anterior.

Para cumprir o objetivo proposto, o texto ficou estruturado em mais quatro seções, além desta introdução. Na primeira, apresentamos uma breve caracterização dos municípios em que ocorreram os estudos de caso. Na segunda, descrevemos a metodologia de trabalho. A análise e discussão dos resultados das pesquisas de campo estão apresentadas na terceira seção. Na última seção estão expostas as considerações finais.

1. BREVE DESCRIÇÃO DOS MUNICÍPIOS

A partir de informações dos primeiros resultados do Censo 2010, do Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2000) e do IBGE⁴, cabe destacar algumas informações visando caracterizar os municípios da pesquisa, Araguari e Indianópolis. Os dois

[♦] Os autores agradecem ao CNPq por ter financiado a pesquisa de campo da qual resultou este artigo. Agradecem também aos técnicos da EMATER Araguari e Indianópolis pelo apoio à definição da amostra e localização dos agricultores familiares pesquisados.

⁴ IBGE/cidades@ (www.ibge.gov.br).

municípios estão situados na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no estado de Minas Gerais. Quanto à população, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, o município de Araguari possuía uma população total de 109.801 habitantes, sendo que a população residente nas áreas rurais era de 7.218 habitantes (6,57% da população total municipal). Indianópolis possuía uma população total de 6.190 habitantes, com uma população rural de 2.134 habitantes (34,47% da população total municipal). O município de Araguari possui maiores dimensões territoriais em relação a Indianópolis: Araguari ocupa uma área de 2.730 Km² e Indianópolis 830 Km².

No que diz respeito aos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios, em 2000 a cidade de Araguari apresentava maior IDH em relação à Indianópolis: sai de um IDH de 0,754, em 1991, para 0,815 em 2000, considerado um índice de alto desenvolvimento humano. Já Indianópolis sai de 0,684, em 1991, para 0,764 em 2000, considerado um IDH médio. Cabe acentuar que o indicador parcial que mais contribuiu para os aumentos do IDH, nos dois municípios, nesse período, foi a Educação. O PIB per capita de Araguari, a preços correntes em 2008, era de R\$16.723,68 e o de Indianópolis R\$51.543,86.

Em termos de produção agrícola os municípios de Araguari e Indianópolis apresentam uma atividade agrícola diversificada e similar, com destaque para a produção de café, soja, milho, tomate, frutas, hortaliças e leite. O café, como cultura permanente, ocupa, nos dois municípios, a maior parte da área plantada representando 95,85% em Araguari e 87,85% em Indianópolis, da mesma no ano de 2009⁵. As culturas temporárias também ocupam a maior parte da área plantada nos dois municípios, com destaque para os mesmos produtos, soja e milho. No caso de Araguari a soja representa 46,24% da área plantada e o milho 37,84%. Em Indianópolis a soja ocupa 42,90% e o milho 38,13% da área plantada.

Uma vez que a pesquisa tem como objeto de estudo a agricultura familiar também se destaca a participação desse segmento no total dos estabelecimentos agropecuários dos municípios em análise. Segundo o Censo Agropecuário de 2006⁶, em Araguari a agricultura familiar representa 65,07% do total dos estabelecimentos agropecuários, ou seja, do total de 1.151 estabelecimentos 749 são caracterizados como familiares. Já em Indianópolis, do total de 420 estabelecimentos agropecuários, 296 eram de agricultores familiares, o que representa 70,48% do total desses estabelecimentos. Essas informações indicam a expressiva participação da agricultura familiar no total dos estabelecimentos agropecuários nos dois municípios pesquisados. Conforme será visto, foram entrevistadas, em Indianópolis, 53 unidades familiares, que correspondem, portanto, a 17,9% dos estabelecimentos familiares recenseados em 2006. Em Araguari, foram entrevistadas 69 unidades familiares, que correspondem a 9,21% dos estabelecimentos familiares recenseados em 2006.

⁵ Essas informações foram coletadas em IBGE/SIDRA/Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) (www.ibge.gov.br)

⁶ Essas informações foram extraídas da Tabela 1109 de IBGE/SIDRA/Censo Agropecuário 2006 (www.ibge.gov.br).

2. METODOLOGIA

O procedimento metodológico inicialmente adotado consistiu em visitar os municípios de Indianópolis e Araguari. A partir dessas primeiras visitas buscou-se estabelecer contato com os escritórios locais da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), para obtenção da lista de nomes de agricultores familiares, a partir da qual seria selecionada a amostra para o estudo de caso para cada um desses municípios.

A partir do Cadastro de Atendimento das EMATERs, utilizou-se amostras aleatórias simples, sorteando os nomes de 10 em 10 ao longo das listas obtidas. Foram sorteados 75 e 102 agricultores de Indianópolis e Araguari, respectivamente. Além da preocupação de selecionar exclusivamente agricultores familiares, tentou-se também ao selecionar as amostras, sortear agricultores de diferentes localidades rurais de modo a cobrir as diferentes regiões dos referidos municípios. Para tanto contou-se também com a ajuda de moradores desses municípios, especialmente de agricultores. Assim, em Indianópolis foram sorteados agricultores das regiões de Campo Alegre, Posses, Onça, Saltinho, São João, Furnas, Mandaguari, Angico, Amparo e Tabatinga; e, em Araguari, foram sorteados agricultores das regiões de Bom Jardim-Palmito, Assentamento Ezequias dos Reis, Contenda, Cocal, Ponte Preta, Amanhece, Vila Porto Barreiro, Taboca, Água Clara, Campo Redondo, Cunha-Boa Esperança, Sape e Pirancanjuba.

Na seqüência, partiu-se para a pesquisa de campo, a qual se baseou na aplicação de um questionário estruturado e de uma entrevista semi-estruturada. Buscou-se, a partir do levantamento de uma série de variáveis (questionário quantitativo) e opiniões (roteiro de entrevista) dos próprios agricultores sobre as tendências em curso nas dinâmicas de reprodução das famílias rurais, obter as informações necessárias para se chegar a resultados mais seguros acerca da realidade da agricultura familiar dos municípios selecionados, diante do quadro geral de mudanças no meio rural brasileiro, e mineiro em particular.

A coleta dos dados em Indianópolis foi realizada nos meses de novembro e dezembro de 2010, e, em Araguari, nos meses de fevereiro, março e julho de 2011 tendo como período de referência para aplicação dos questionários o ano de 2009 para ambos os municípios. Para essa etapa da pesquisa contou-se com a colaboração de um morador de cada dos municípios, agricultores indicados pelas EMATERs por conhecerem bem as regiões a serem visitadas.

Das visitas realizadas a Indianópolis totalizou-se 58 entrevistas - as demais 17 famílias não entrevistadas (75 sorteados) - não o foram por não se enquadrarem nos propósitos da pesquisa, ou ainda por não serem encontradas em casa (após algumas tentativas)⁷. Já em Araguari as visitas resultaram em 70 entrevistas no total - as demais 32 (102 sorteados) não ocorreram por motivos muito similares aos já apontados para Indianópolis. Na verdade, como já previa-se a possibilidade de ocorrência desses casos, acabou-se por selecionar uma amostra maior a fim de que sempre que necessário se pudesse fazer a substituição dos mesmos.

Após a pesquisa de campo, foi realizada a digitação dos questionários aplicados em cada um dos municípios pesquisados. Apesar do cuidado em selecionarmos apenas agricultores familiares, cabe antecipar que do total de famílias entrevistadas em

⁷ Na maioria dos casos a situação era a de que os proprietários não moravam mais nos estabelecimentos, apenas os caseiros. Os proprietários já haviam se mudado com suas famílias para a cidade (ou Indianópolis, ou Araguari, ou Uberlândia).

Indianópolis, cinco delas, são de agricultores não familiares e, em Araguari nos deparamos com uma família de agricultores não familiares⁸. Diante disso, foi necessário separar um banco de dados somente para a agricultura familiar utilizando-se além do critério do tamanho do estabelecimento agropecuário familiar, também a classificação das famílias quanto ao ramo de atividade dos membros ocupados. Como são as unidades de produção familiar o objeto de análise deste trabalho, procurou-se, sempre que possível, identificá-las de modo a compor as amostras somente com agricultores que se enquadrassem na categoria de agricultores familiares. Definiu-se a agricultura familiar da seguinte forma: unidades familiares empregadoras (com no máximo dois empregados permanentes), e ou unidades familiares de conta-próprias, dedicadas total ou parcialmente às atividades agropecuárias cujos estabelecimentos rurais não ultrapassassem quatro módulos fiscais, correspondendo, no caso de Indianópolis, a 160 hectares e, para Araguari, a 120 hectares.

Do ponto de vista da posição na ocupação dos membros da família, havendo um membro empregador, tal família é classificada como empregadora. Não havendo nenhum empregador, mas pelo menos um conta-própria, a família é compreendida como de conta-própria. Na ausência de empregador e de conta-própria, a família será considerada de assalariados caso algum membro esteja ocupado como tal. Não havendo nenhum ocupado na família, a mesma é considerada como família de não ocupados. Do ponto de vista do ramo de atividade, se, por exemplo, numa família de conta-próprias houver pelo menos um membro ocupado na agricultura e nenhum outro fora da agricultura, então essa família é classificada como de conta-própria agrícola. Caso a referida família de conta-própria tivesse pelo menos um membro na atividade agrícola e pelo menos um outro ocupado em outro setor de atividade fora da agricultura, ou ainda quando pelo menos um de seus membros declarou exercer atividade agrícola como conta-própria e um outro membro declarou ocupar-se como assalariado em outro estabelecimento agropecuário, essa seria uma família de conta-própria pluriativa (pluriatividade *intersectorial* e *tradicional*, respectivamente). As mesmas combinações podem ser repetidas para as famílias de assalariados e de empregadores.

Por fim, a construção dessas classificações (a partir dos microdados coletados e digitalizados), e a geração dos resultados para as Tabelas, foram realizados através do *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). A formatação das Tabelas finais foi realizada no Excel, cujos resultados são apresentados na seção que se segue.

⁸ A presença dessas famílias se explica pelo fato de que ao selecionar a amostra de agricultores familiares a serem entrevistadas em cada um dos municípios pesquisados não teve-se condição *a priori* de saber a condição na ocupação do produtor familiar, de modo que somente no ato da entrevista é que foi possível sabê-lo.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Tabulados os dados coletados nas pesquisas de campo, pode-se notar que o conjunto da agricultura familiar amostrada ficou distribuído conforme mostrado na Tabela 1⁹. Observe-se que, em ambos os municípios, o tipo familiar predominante é o tipo classificado como famílias de conta-próprias – em Araguari, 98,6%, e em Indianópolis, 92,5%, em 2009 (data de referência das entrevistas). Como o universo da agricultura familiar pesquisada está concentrado entre as famílias de conta-próprias – sem empregados permanentes, ou seja, predomínio de força de trabalho familiar – centraremos nossas observações mais nesse tipo familiar – que apresenta forte presença de famílias pluriativas (50,9%, em Indianópolis, e, 42,0%, em Araguari).

Essas observações justificam o particular interesse sobre as famílias de conta-próprias pluriativas, embora se ocupe também das famílias de conta-próprias estritamente agrícolas, uma vez que nos importa inferir sobre as perspectivas desse tipo familiar vir a se tornar família pluriativa, ou permanecer apenas como família agrícola, ou ainda vir a se converter diretamente em família (rural ou urbana) não agrícola (a pluriatividade sendo apenas um passo transitório nesse processo de conversão). Observe-se que, do total das famílias pluriativas, a maior fração, em ambos os municípios, corresponde à *pluriatividade intersetorial*, revelando uma maior inserção das famílias pluriativas, principalmente de conta-próprias, nos mercados de trabalho fora da agricultura, mercados de trabalho não agrícolas¹⁰.

Ou seja, esse predomínio da pluriatividade intersetorial sobre a pluriatividade tradicional, pode ser um indicador que corrobora com a hipótese de trabalho de tendência de abandono das atividades agropecuárias pelos pequenos agricultores familiares – um êxodo agrícola, em que progressivamente se abandona a atividade agrícola em busca das atividades não agrícolas. Essa interpretação também tem por base as análises adiante.

⁹ Como mencionado na seção Metodologia, tanto em Indianópolis quanto em Araguari verificou-se na amostra a presença de tipos de famílias que não se enquadram na agricultura familiar, de modo que os mesmos foram excluídos da análise. Todavia, convém destacar dois casos em que as famílias foram classificadas como de empregados não agrícolas, isso porque embora tais famílias não tenham declarado nenhum vínculo produtivo com atividades agrícolas, ambas permanecem com algum outro tipo de vínculo com a terra, que pode ser apenas para lazer e ou moradia. Essas duas famílias são, portanto, exemplos que confirmam observações da literatura que chamam atenção para os novos usos das áreas rurais que extrapolam o uso estritamente produtivo agropecuário (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000; NASCIMENTO, 2007, 2008 e 2009; SOUZA e LINDNER, 2010; entre outros).

¹⁰ Os diversos ramos de atividades não agrícolas em que os membros das famílias pluriativas estavam ocupados, em 2009, eram: indústria (de madeiras, vestuário, alimentos, construção), comércio de alimentos, pequeno comércio, serviços (pessoais, residenciais, doméstico remunerado, comunicações, transporte), transporte público, assistência veterinária, estabelecimentos de ensino e instituição militar.

Tabela 1: Distribuição dos tipos de famílias da Agricultura Familiar, segundo a posição na ocupação e o ramo de atividade: Araguari e Indianópolis, MG, 2009.

TIPO DE FAMÍLIA	Indianópolis			Araguari		
	Nr de Famílias	% Famílias (Posição na Ocupação)	% Famílias (Ramo de Atividade)	Nr de Famílias	% Famílias (Posição na Ocupação)	% Famílias (Ramo de Atividade)
Empregadores com até dois empregados	4	7,5		1	1,4	
Agrícola	3		5,7	1		1,4
Pluriativo	1		1,9			
Agrícola com Não agrícola	1		1,9			
Conta-próprias	49	92,5		68	98,6	
Agrícola	22		41,5	39		56,5
Pluriativo	27		50,9	29		42,0
Agrícola com Agrícola	2		3,8	3		4,3
Agrícola com Não agrícola	25		47,2	26		37,7
TOTAL	53	100,0	100,0	69	100,0	100,0

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo e elaborados pelos autores.

Doravante, todas as observações procurarão mostrar que uma parcela expressiva da agricultura familiar pesquisada dos municípios de Araguari e Indianópolis apresenta elementos que nos permitem sugerir que as perspectivas de crescimento sustentado do número de famílias pluriativas, e mesmo de famílias agrícolas, encontram-se fragilizadas.

A Tabela 2 registra que, em Indianópolis, 26 (praticamente a metade, 49,1%) das unidades familiares da amostra pesquisada produzia em estabelecimentos rurais com no máximo 20 hectares de área total¹¹, em 2009 – essa porcentagem sobe para 60,4% (32 famílias) quando se consideram os estabelecimentos com até 30 hectares, e para 86,8% (46 famílias) relativos aos estabelecimentos com até 50 hectares. A amostra pesquisada de Araguari apresenta uma distribuição bastante semelhante à de Indianópolis: 52,2% das unidades familiares em estabelecimentos com até 20 hectares, 69,6% com até 30 hectares e 88,4% com até 50 hectares.

Nesses estabelecimentos com até 20, 30 ou 50 hectares de área, as famílias pluriativas são mais representativas (em Araguari, 40,6%, e, em Indianópolis, 47,2%), comparativamente às famílias agrícolas. Enfim, importa destacar – para os propósitos deste trabalho – que metade ou mais da metade do universo da agricultura familiar entrevistada trabalha em estabelecimentos rurais relativamente pequenos, para os padrões brasileiros.

¹¹ Parte da área desses estabelecimentos (dependendo do caso, pelo menos 20%) é destinada para reserva legal; ou seja, não utilizável produtivamente.

Tabela 2: Distribuição absoluta e relativa dos tipos de famílias da Agricultura Familiar, segundo a posição na ocupação, o ramo de atividade e faixas de tamanho de área*: Araguari e Indianópolis, MG, 2009.

Faixas de Área* (em hectares)	Indianópolis					Araguari				
	Empregadores com até dois empregados		Conta-próprias			Empregadores com até dois empregados		Conta-próprias		
	Agrícola	Agrícola com Não agrícola	Agrícola	Agrícola com Agrícola	Agrícola com Não agrícola	Agrícola	Agrícola com Não agrícola	Agrícola	Agrícola com Agrícola	Agrícola com Não agrícola
Até 5]		1	2		1			10	1	2
]5 a 10]			2		2			4		3
]10 a 20]	1		8		9	1		6		9
]20 a 30]			2	1	3			7	2	3
]30 a 50]			6	1	7			5		8
]50 a 100]	2		2		2			6		1
]100 a 140]					1			1		
TOTAL	3	1	22	2	25	1	0	39	3	26
	PORCENTAGEM (%) sobre o Total da Agricultura Familiar (53 Fam.)					PORCENTAGEM (%) sobre o Total da Agricultura Familiar (69 Fam.)				
Até 5]		1,9	3,8		1,9			14,5	1,4	2,9
]5 a 10]			3,8		3,8			5,8		4,3
]10 a 20]	1,9		15,1		17,0	1,4		8,7		13,0
]20 a 30]			3,8	1,9	5,7			10,1	2,9	4,3
]30 a 50]			11,3	1,9	13,2			7,2		11,6
]50 a 100]	3,8		3,8		3,8			8,7		1,4
]100 a 140]					1,9			1,4		
TOTAL	5,7	1,9	41,5	3,8	47,2	1,4	0,0	56,5	4,3	37,7

(*) O tamanho máximo dos estabelecimentos da agricultura familiar pesquisada é de 138,24 hectares, em Indianópolis, e de 116,16 hectares, em Araguari.

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo e elaborados pelos autores.

A Tabela 3 apresenta alguns dados que de certa forma se somam às informações da tabela anterior no sentido de revelar – e essa é a questão central deste trabalho – a fragilidade de parte expressiva dos agricultores familiares pesquisados. Na Tabela 2 pode-se verificar que, em Indianópolis, 71,7% (38 famílias) dos estabelecimentos encontram-se nas faixas de tamanho de área entre mais de 10 até 50 hectares. Considerando-se essa informação, observe-se que a Tabela 3 mostra que entre 15,4% e 17,4% daqueles estabelecimentos (entre mais de 10 até 50 hectares) são ocupados produtivamente por unidades familiares *não proprietárias*.

A situação da amostra pesquisada em Araguari é ainda mais *frágil*: 30,6% das famílias com até 20 hectares de área são de *não proprietárias*, e, se considerarmos as famílias com até 50 hectares de área, quase a metade delas (47,5%) são de *não proprietárias*.

Tabela 3: Distribuição absoluta e relativa da Agricultura Familiar, segundo faixas de tamanho de área e a condição do produtor: Araguari e Indianópolis, MG, 2009.

INDIANÓPOLIS										
Condição do Produtor	0 até 50 hectares		0 até 30 hectares		0 até 20 hectares		0 até 10 hectares		0 até 5 hectares	
	Nr. Fam.	%	Nr. Fam.	%	Nr. Fam.	%	Nr. Fam.	%	Nr. Fam.	%
Proprietário	38	82,6	27	84,4	22	84,6	8	100,0	4	100,0
Arrendatário	4	8,7	2	6,3	2	7,7	0	0,0	0	0,0
Outros	4	8,7	3	9,4	2	7,7	0	0,0	0	0,0
Total	46	100,0	32	100,0	26	100,0	8	100,0	4	100,0
ARAGUARI										
Condição do Produtor	0 até 50 hectares		0 até 30 hectares		0 até 20 hectares		0 até 10 hectares		0 até 5 hectares	
	Nr. Fam.	%	Nr. Fam.	%	Nr. Fam.	%	Nr. Fam.	%	Nr. Fam.	%
Proprietário	32	52,5	26	54,2	25	69,4	15	75,0	9	69,2
Arrendatário	4	6,6	3	6,3	3	8,3	3	15,0	3	23,1
Outros	25	41,0	19	39,6	8	22,2	2	10,0	1	7,7
Total	61	100,0	48	100,0	36	100,0	20	100,0	13	100,0

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo e elaborados pelos autores.

Em outras palavras, além de parte significativa do universo da agricultura familiar pesquisada trabalhar em estabelecimentos relativamente pequenos, uma parte também considerável destas unidades familiares são de *não proprietários*. A combinação dessas informações ajudam a sustentar a pertinência da hipótese de trabalho que aponta para uma situação de latente tendência dos pequenos agricultores familiares a abandonarem as (ou a serem expulsos das) atividades agrícolas, em parte, porque uma fração considerável das unidades entrevistadas tem pouco acesso à terra e, em parte, porque uma outra fração depende de possibilidades, não necessariamente asseguradas, de renovação dos contratos (formais ou informais) de arrendamento dos estabelecimentos em que exercem os trabalhos familiares na terra.

Mesmo entre as unidades familiares entrevistadas *proprietárias* dos estabelecimentos agropecuários a situação em certos casos não é muito diferente, dentre outros motivos, pelo fato de que, conforme alguns relatos, ocorre de os mesmos serem obrigados a oferecer a pouca terra que possuem como garantia de pagamento quando da compra dos insumos necessários na produção dos produtos agropecuários; ou seja, muitas vezes põem em risco o único bem que possuem para conseguir dar continuidade às suas atividades agropecuárias, arriscando assim sua condição de agricultor. Outros elementos determinantes dessa fragilidade (tanto entre os *proprietários* quanto os *não proprietários*) serão apresentados a seguir.

As Tabelas 4a e 4b mostram a distribuição dos diferentes tipos de famílias segundo faixas de tamanho de área dos estabelecimentos. Além da distribuição por faixa de área, também se distribuiu de acordo com um indicador de nível tecnológico¹². Esse indicador

¹² O indicador foi construído com base nas respostas 'sim' ou 'não' sobre se no estabelecimento o produtor usa assistência técnica, tração mecânica, se aduba o solo, se faz correção do solo (calcário), se faz análise do solo, se usa sementes certificadas, se tem energia elétrica para beneficiamentos. Somou-se essas variáveis e dividiu-se pelo número delas, obtendo uma variação entre 0 e 1 para os diferentes estabelecimentos. No caso de alguns estabelecimentos cujos pequenos produtores são pecuaristas (leite e queijo), o índice de nível tecnológico calculado também compreende, além daquelas variáveis informadas (porque também esses pequenos pecuaristas produzem milho para silagem e um pouco de cana para ração, ambos como

foi construído para medir o grau de intensidade de envolvimento do produtor rural com melhorias para elevar a produtividade do estabelecimento. Trata-se de um indicador que varia entre 0 e 1, de sorte que quanto mais perto de zero menor é o envolvimento da unidade produtiva com fatores que permitem a melhoria da produtividade e, quanto mais próximo de 1, maior é envolvimento da unidade produtiva com fatores que permitem a melhoria da produtividade. Ou seja, quanto mais próximo de zero ou mais próximo de 1, a possibilidade da unidade familiar ser produtiva – e, portanto, mais apta ao mercado – será menor ou maior, respectivamente.

Tabela 4A: Distribuição do número de famílias da Agricultura Familiar (com até 50 hectares), segundo a posição na ocupação, o ramo de atividade, faixas de tamanho de área, um índice de nível tecnológico e a condição do produtor: Indianópolis, MG, 2009.

Faixas de Área (Em Hectares)	Índice de Nível Tecnológico	Condição do Produtor							
		Proprietário				Arrendatário (e outras)			
		Empregadores com até dois empregados		Conta-próprias		Empregadores com até dois empregados		Conta-próprias	
		Agrícolas	Pluriativos	Agrícolas	Pluriativos	Agrícolas	Agrícolas	Pluriativos	
De 0 até 5	0,29				1				
	0,57		1						
	0,71			1					
	0,86			1					
Mais de 5 até 10	0,71				1				
	0,86			1					
	1,00			1	1				
	0,14							1	
Mais de 10 até 20	0,17				1				
	0,29			1					
	0,43				2				
	0,50				1				
	0,57			1	1				
	0,71			1					
	0,86			3	1	1	1	1	
	1,00			1	1				
	0,42				1				
	0,57				2				
Mais de 20 até 30	0,86			1			1		
	1,00				1				
	0,00				1				
	0,14				1				
Mais de 30 até 50	0,29			1	1				
	0,43			1	1			1	
	0,57				1		1		
	0,71				1				
	0,86			1					
	1,00			1	1		1		

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo e elaborados pelos autores.

Dividiu-se as Tabelas 4a e 4b entre unidades familiares de proprietários e unidades familiares de não proprietários. A despeito dessa divisão esquemática, pode-se observar, para o caso de Indianópolis, que no conjunto total das unidades familiares registradas na Tabela 4a, 30,4% delas (14 famílias) apresentam indicadores de uso de tecnologias abaixo da média (0,50). Diversamente, 24 famílias (52,2% de 46 famílias, que correspondem ao conjunto dos estabelecimentos analisados, ou seja, com até 50 hectares) atingiram indicadores de uso tecnológico acima de 0,70, revelando um importante envolvimento com

complemento às possibilidades de pasto existentes), as seguintes variáveis: se tem reprodutor de raça definida, se faz controle de doenças, se utiliza tanque de resfriamento, se o tanque de resfriamento é próprio, se faz controle fitossanitário, se faz inseminação artificial e se possui ordenhadeira mecânica.

recursos produtivos modernos – a porcentagem desse tipo de unidade familiar mais *tecnificada* se eleva para 67,4% (31 famílias das 46 famílias totais) ao se considerar os indicadores de uso tecnológico a partir de 0,57 (acima da média, de 0,50). Ou seja, nesse quesito do indicador de *tecnificação* dos estabelecimentos, pode-se perceber que apesar de encontrarmos 30,4% das famílias com indicadores abaixo da média, importa destacar que quase 70,0% das famílias exibiram indicador bem acima da média de 0,50.

No caso das unidades familiares pesquisadas em Araguari (Tabela 4b), o grau maior de *tecnificação* – expresso pelo indicador de uso tecnológico a partir de 0,57 – corresponde a uma proporção menor de estabelecimentos familiares produtivos, mas que atinge a metade dos estabelecimentos pesquisados, ou seja, 50,8% - outros 13,1% exibiram o indicador de uso tecnológico acima de 0,40. A amostra de Araguari também exibe um grau expressivo de *tecnificação* – o grau menor de *tecnificação* em relação à amostra de Indianópolis expressa também a maior proporção, em Araguari, de unidades familiares de não proprietários¹³ (ver Tabela 3). Enfim, essas constatações, relativas a Indianópolis e Araguari, amenizam a hipótese de fragilidade de uma importante fração da agricultura familiar pesquisada.

¹³ Os não proprietários – segundo a teoria da renda da terra – têm menos estímulos a uma maior aplicação de capital no estabelecimento. Ver sobre esse assunto, entre outros, Marx (1985: III, v. II). Esse baixo estímulo associa-se, por exemplo, à dificuldade de acesso aos insumos necessários à produção agropecuária. Isso porque, conforme já antecipado, para tanto é necessário fornecer garantias de que o pagamento será efetuado; dada a não propriedade da terra (e muitas vezes também de outros bens, como animais) esses não proprietários necessitam de um fiador/avalista com bens, dificultando assim a incorporação de novos métodos de produção. No caso de Araguari, por seu lado, há outro componente que explica essa dificuldade: é que parte da amostra pesquisada é de assentados de reforma agrária que ainda não possuem o título de propriedade. A falta do título de propriedade dificulta não só a aquisição de insumos agropecuários (falta de garantias de pagamento) quanto o acesso às políticas públicas para agricultura. Para ambos os casos, a solução encontrada é muitas vezes comprar os insumos com a alienação dos produtos produzidos nos próprios estabelecimentos, tais como queijos, ovos, aves, doces, vassouras, etc, ou seja, compra um para pagar com o outro.

Tabela 4B: Distribuição do número de famílias da Agricultura Familiar (com até 50 hectares), segundo a posição na ocupação, o ramo de atividade, faixas de tamanho de área, um índice de nível tecnológico e a condição do produtor: Araguari, MG, 2009.

Faixas de Área (Em Hectares)	Índice de Nível Tecnológico	Condição do Produtor				
		Proprietário			Arrendatário (e outras)	
		Empregadores com até dois empregados	Conta-próprias		Conta-próprias	
		Agrícolas	Agrícolas	Pluriativos	Agrícolas	Pluriativos
De 0 até 5	0,00		3	1		
	0,14		1			
	0,29			1		
	0,57				1	
	0,86		1	1		
	1,00		1			3
Mais de 5 até 10	0,00		1			
	0,17			1		
	0,43		1			
	0,57					1
	0,86		1	1		
	1,00		1			
Mais de 10 até 20	0,00					1
	0,14			1	1	
	0,29		2			
	0,33			1		
	0,43			1	1	1
	0,58					1
	0,71					1
	0,86	1	1	2		
1,00		1				
Mais de 20 até 30	0,00					1
	0,14				1	
	0,43				2	1
	0,57				1	1
	0,71		1		1	2
	1,00				1	
Mais de 30 até 50	0,14		1			
	0,29		1			2
	0,33			1		1
	0,42			1		
	0,71					1
	0,86				2	1
	1,00		1	1		

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo e elaborados pelos autores.

A Tabela 5a apresenta outro elemento que também tem contribuído para relativizar nossa hipótese de trabalho e que, por sua vez, ajuda a explicar a razão desse grau relativamente elevado de “tecnificação” de uma expressiva parcela da agricultura familiar entrevistada.

A Tabela 5a está dividida em duas partes (tanto para Indianópolis, quanto para Araguari): uma, em que se registra o número de famílias (com até 50 hectares) que tiveram acesso tanto ao PRONAF Custeio quanto ao PRONAF Investimento; e, outra, em que se pode ver o número de famílias (com até 50 hectares) que tiveram acesso ao PRONAF Custeio e ou ao PRONAF Investimento – por ser ou Custeio ou Investimento, nessa segunda parte da Tabela 5a encontra-se o maior número de casos de beneficiários do PRONAF.

Pode-se ver na segunda parte da Tabela 5a que, no caso de Indianópolis, mais da metade (54,3%, 25 famílias) das 46 famílias, ocupadas em estabelecimento com até 50 hectares de área total, foram beneficiadas pelo PRONAF (ou Custeio ou Investimento ou

ambos). Na primeira parte da Tabela 5a pode-se verificar que 26,1% (12 famílias) foram contempladas com ambas as linhas do PRONAF. Esses números ajudam a explicar o expressivo grau de tecnificação exibido na Tabela 4a, e revelam a importância do PRONAF para se contrapor à tendência apontada por nossa hipótese de trabalho.

Tabela 5A: Distribuição do número de famílias da Agricultura Familiar (com até 50 hectares) que tiveram acesso ao PRONAF (Custeio e ou Investimento), segundo a posição na ocupação e faixas de tamanho de área: Araguari e Indianópolis, MG, 2009.

PRONAF Custeio & Investimento				
Faixas de Área (em hectares)	Indianópolis		Araguari	
	Empregadores com até dois empregados (Nr. Famílias)	Conta-próprias (Nr. Famílias)	Empregadores com até dois empregados (Nr. Famílias)	Conta-próprias (Nr. Famílias)
Até 5]	1	1	-	1
]5 a 10]	-	1	-	2
]10 a 20]	-	4	1	-
]20 a 30]	-	2	-	4
]30 a 50]	-	3	-	1
TOTAL (Famílias)	1	11	1	8

PRONAF Custeio e/ou Investimento				
Faixas de Área (em hectares)	Indianópolis		Araguari	
	Empregadores com até dois empregados (Nr. Famílias)	Conta-próprias (Nr. Famílias)	Empregadores com até dois empregados (Nr. Famílias)	Conta-próprias (Nr. Famílias)
Até 5]	1	3	-	6
]5 a 10]	-	3	-	5
]10 a 20]	-	10	1	5
]20 a 30]	-	3	-	7
]30 a 50]	-	5	-	6
TOTAL (Famílias)	1	24	1	29

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo e elaborados pelos autores.

Outra observação particularmente importante, ainda sobre a amostra de Indianópolis (Tabela 5a), é que a maior frequência de casos de famílias beneficiadas pelo PRONAF encontra-se entre as famílias dos estabelecimentos de menor tamanho. Ou seja, pode-se verificar nessa Tabela, na sua primeira parte, a superior, que 58,3% dos casos (7 famílias) estão concentrados nos estabelecimentos com até 20 hectares de tamanho – e na parte inferior da Tabela, aquele percentual se eleva; ou seja, 16 famílias ou 68,0% das famílias beneficiadas pelo PRONAF concentram-se nas faixas de tamanho de área até 20 hectares.

Essa última observação extraída da Tabela 5a é compreensível porque são essas unidades produtoras de menor tamanho que têm menos recursos próprios para produzir. Dadas algumas características de fragilidade apontadas anteriormente, percebe-se que o PRONAF pode estar representando uma importante fonte de apoio para os pequenos agricultores contornarem tais fragilidades e lograrem permanecer resistindo às adversidades do setor, preservando sua identidade de agricultor, sem ser forçado a abandoná-la de vez.

No caso da amostra de Araguari, a Tabela 5a indica que praticamente a metade (49,2%, 30 famílias) das 61 famílias, ocupadas em estabelecimento com até 50 hectares de área total, foram beneficiadas pelo PRONAF (ou Custeio ou Investimento ou ambos) – 15,0% (9 famílias) tiveram acesso a ambas as linhas de crédito do PRONAF (parte superior da Tabela).

Essas informações, relativas às amostras de Indianópolis e Araguari, ajudam a entender o grau notável de tecnificação observado (Tabelas 4a e 4b) e ajudam também a relativizar a hipótese de trabalho.

A Tabela 5b, por sua vez, está também dividida em duas partes (tanto para Indianópolis, quanto para Araguari): na primeira, registra-se o número de famílias (com até 50 hectares) que tiveram acesso, simultaneamente, tanto ao PRONAF Custeio quanto ao PRONAF Investimento e a uma terceira fonte de crédito, distinta do PRONAF; e, na parte seguinte, exibe-se o número de famílias (com até 50 hectares) que não tiveram acesso ao PRONAF, mas que obtiveram recursos financeiros de outras fontes não oficiais.

Tabela 5B: Distribuição do número de famílias da Agricultura Familiar (com até 50 hectares) que tiveram acesso a alguma modalidade de crédito bancário (PRONAF ou outra fonte), segundo a posição na ocupação e faixas de tamanho de área: Araguari e Indianópolis, MG, 2009.

PRONAF Custeio & Investimento & Outras Fontes de Crédito				
Faixas de Área (em hectares)	Indianópolis		Araguari	
	Empregadores com até dois empregados (Nr. Famílias)	Conta-próprias (Nr. Famílias)	Empregadores com até dois empregados (Nr. Famílias)	Conta-próprias (Nr. Famílias)
Até 5]	-	-	-	-
]5 a 10]	-	-	-	-
]10 a 20]	-	1	1	-
]20 a 30]	-	1	-	2
]30 a 50]	-	2	-	1
TOTAL (Famílias)	-	4	1	3
Outras Fontes de Crédito (Sem PRONAF)				
Faixas de Área (em hectares)	Indianópolis		Araguari	
	Empregadores com até dois empregados (Nr. Famílias)	Conta-próprias (Nr. Famílias)	Empregadores com até dois empregados (Nr. Famílias)	Conta-próprias (Nr. Famílias)
Até 5]	-	-	-	1
]5 a 10]	-	-	-	-
]10 a 20]	1	-	-	1
]20 a 30]	-	1	-	1
]30 a 50]	-	-	-	1
TOTAL (Famílias)	1	1	-	4

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo e elaborados pelos autores.

Essa Tabela 5b, comparativamente à Tabela 5a, tem a importância de mostrar que para o conjunto das unidades produtivas familiares investigadas, o PRONAF tem sido praticamente a quase que única fonte de aportes financeiros para as atividades produtivas nos respectivos estabelecimentos rurais, uma vez que a Tabela 5b mostra que, no caso de

Indianópolis, apenas duas famílias acusaram ter tido exclusivamente outra fonte de recursos monetários distinta do PRONAF – e apenas outras 4 famílias (8,7% de 46 famílias) declararam ter se beneficiado do PRONAF, além de terem tido também outra alternativa de crédito para financiamento de suas atividades. O caso de Araguari não é muito diferente, em ambos os casos retratados na Tabela 5b; ou seja, em ambos os casos são apenas 4 famílias (6,6% de 61 famílias, com até 50 hectares) – as quais não são as mesmas, em cada uma das situações – que ou acusaram ter tido exclusivamente outra fonte de recursos monetários distinta do PRONAF, ou que se beneficiaram tanto do PRONAF quanto de outra fonte de crédito.

Um dado preocupante observado na pesquisa de campo – e que corrobora com a hipótese de trabalho – é que no município de Indianópolis está ocorrendo o que vários estudos têm apontado como tendência no meio rural: o envelhecimento da sua população¹⁴. A Tabela 6A ilustra bem esse fato. A faixa máxima de terra vai até 50 hectares, porque a partir daqui já se quer analisar o contingente familiar que apresente o maior número de características que possam dar sustentação à hipótese central da pesquisa. Considerando qualquer uma das três faixas de tamanho de área dos estabelecimentos rurais (até 20 ou até 30 ou até 50 hectares), exibidas na referida Tabela, pode-se calcular a partir dos dados dessa Tabela que, em cada uma das três situações, a porcentagem de jovens (de 10 até 24 anos de idade, faixas A e B) gira em torno de 20,0%, enquanto que a porcentagem de adultos nas faixas de idade acima de 40 anos (faixas D e E) situa-se em torno de um pouco mais de 60,0%, revelando a situação de envelhecimento da população pesquisada.

Tabela 6A: Distribuição do número de pessoas* da Agricultura Familiar, segundo faixas de idade, escolaridade e faixas de tamanho de área: **Indianópolis, MG, 2009.**

Escolaridade	ATE 20 HECTARES					ATE 30 HECTARES					ATE 50 HECTARES				
	Faixas de idade					Faixas de idade					Faixas de idade				
	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E
Analfabeto									1					1	1
Apenas lê e escreve o nome															1
1ª a 4ª série incompleto				12	8				12	11				15	22
1ª a 4ª série completo	1		1	11	6	1		1	12	7	1		2	13	11
5ª a 8ª série incompleto	3	2	2	3		6	2	3	6		6	2	4	7	
5ª a 8ª série completo	1			2		2			3		2			4	
2º grau incompleto	3	1	1			4	2	1			5	3	1		
2º grau completo	2	3	6	4		2	5	6	5		2	6	8	7	
Superior incompleto			1					1	1				1	1	
Superior completo			1	3				1	3				1	4	
TOTAL (Pessoas)	10	6	12	35	14	15	9	13	43	18	16	11	17	52	35

(*) Pessoas com dez anos ou mais de idade.

Legenda: A: 10 a 19 anos; B: 20 a 24 anos; C: 25 a 39 anos; D: 40 a 59 anos; E: 60 ou mais anos.

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo e elaborados pelos autores.

No caso de Araguari, essa disparidade entre velhos e jovens é apenas um pouco menor (Tabela 6B): em cada uma das três situações de faixas de tamanho de área, a

¹⁴ Vários estudos exibem sérias evidências da forte tendência de envelhecimento e masculinização do meio rural brasileiro, associando-a ao êxodo-rural particularmente dos jovens. A propósito ver, entre outros, Camarano e Abramovay (1999) e Froehlich e Rauber (2009).

porcentagem de jovens (de 10 até 24 anos de idade, faixas A e B) gira em torno de 27,0%, enquanto que a porcentagem de adultos nas faixas de idade acima de 40 anos (faixas D e E) situa-se em torno de 58,0%, também revelando a situação de envelhecimento da população pesquisada.

Envelhecimento, para o que interessa, indica que os jovens não se fixam no meio rural, e essa é uma situação que compromete a pluriatividade das famílias, porque o elo agrícola da combinação agrícola *com* não agrícola fica fragilizado, por duas circunstâncias: numa, são os jovens que não querem continuar as atividades agrícolas dos pais; e, noutra, são os pais que, forçados pela idade avançada, tendem a aposentar-se das atividades.

Como agravante dessa situação de envelhecimento – para o que interessa neste trabalho, que é verificar a hipótese investigada –, a Tabela 6A também registra, para o caso de Indianópolis, que praticamente 85,0% desses adultos com 40 anos ou mais de idade têm apenas até a oitava série do 1º grau – mesmo os jovens-adultos com idade entre 20 e 39 anos (faixas B e C), quase um terço deles têm apenas a oitava série do 1º grau. Para o caso de Araguari, a Tabela 6B registra percentuais mais elevados para as duas situações: 96,9% dos adultos com 40 anos ou mais de idade (faixas D e E) têm apenas até a oitava série do 1º grau, e, no caso dos jovens-adultos com idade entre 20 e 39 anos (faixas B e C), esse percentual é de quase a metade, 44,7%.

Tabela 6B: Distribuição do número de pessoas* da Agricultura Familiar, segundo faixas de idade, escolaridade e faixas de tamanho de área: **Araguari, MG, 2009.**

Escolaridade	ATÉ 20 HECTARES					ATÉ 30 HECTARES					ATÉ 50 HECTARES				
	Faixas de idade					Faixas de idade					Faixas de idade				
	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E
Analfabeto					1					2				1	2
Apenas lê e escreve o nome				1	4				2	5				2	5
1ª a 4ª série incompleto	1			10	11	1			15	12	1		1	16	13
1ª a 4ª série completo			4	16	5			4	22	5			4	24	6
5ª a 8ª série incompleto	6	2	2	4		10	2	6	6		11	2	7	12	1
5ª a 8ª série completo	1		1	9	1	1	2	1	9	1	1	2	1	11	1
2º grau incompleto	7		2			11	1	2	2		12	1	5	2	
2º grau completo	3	6	5			5	6	5			5	8	6		
Nível técnico	1					1					1				
Superior incompleto						1					3			1	
Superior completo			1					1					1		
TOTAL (Pessoas)	19	8	15	40	22	30	11	19	56	25	34	13	25	69	28

(*) Pessoas com dez anos ou mais de idade.

Legenda: A: 10 a 19 anos; B: 20 a 24 anos; C: 25 a 39 anos; D: 40 a 59 anos; E: 60 ou mais anos.

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo e elaborados pelos autores.

A análise conjunta das Tabelas 7A e 7B reforçam as observações sobre a tendência ao envelhecimento da população rural de Indianópolis e Araguari. Observe-se na Tabela 7A que mais de 60,0% das famílias (com até 20 ou até 50 hectares) têm apenas 3 pessoas na família¹⁵ – um pouco mais de 80,0% das famílias têm até 4 pessoas na família.

¹⁵ No caso da amostra de Indianópolis, 10,0% das famílias (com até 50 hectares) só tinham 1 pessoa, geralmente idosos. Em virtude de se tentar entrevistar o máximo possível dos estabelecimentos selecionados – recorrendo o mínimo possível a substituições na amostra – não teve-se como evitar de entrevistar essas “famílias”. Mas, esse é mais um registro, mais uma demonstração, do envelhecimento rural em neste

Comparando a Tabela 7A com a Tabela 7B, pode-se ver que entre as famílias com até três pessoas em Indianópolis, um pouco mais de 85,0% das pessoas têm 40 anos ou mais de idade – entre as famílias com 4 pessoas 53,1% das pessoas têm mais de 40 anos de idade. No caso de Araguari esse percentual é de 74,7 e 92,6 respectivamente. Ou seja, as Tabelas 7A e 7B mostram que as famílias pesquisadas, em sua maioria, são famílias consideravelmente pequenas e com idade avançada.

Tabela 7A: Distribuição do número de famílias da Agricultura Familiar (com até 20 e 50 hectares) de acordo com o número de pessoas* por família: **Indianópolis, MG, 2009.**

ATÉ 50 HECTARES				ATÉ 20 HECTARES			
Nr de Pessoas por Família	Nr de Famílias	% de Famílias	% Acumulado	Nr de Pessoas por Família	Nr de Famílias	% de Famílias	% Acumulado
1	5	10,9	10,9	1	2	7,7	7,7
2	14	30,4	41,3	2	8	30,8	38,5
3	12	26,1	67,4	3	6	23,1	61,5
4	8	17,4	84,8	4	5	19,2	80,8
5	5	10,9	95,7	5	3	11,5	92,3
6	2	4,3	100,0	6	2	7,7	100,0
TOTAL	46	100		TOTAL	26	100	

(*) Pessoas com zero anos ou mais de idade.

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo e elaborados pelos autores.

Tabela 7B: Distribuição do número de famílias da Agricultura Familiar (com até 20 e 50 hectares) de acordo com o número de pessoas* por família: **Araguari, MG, 2009.**

ATÉ 50 HECTARES				ATÉ 20 HECTARES			
Nr de Pessoas por Família	Nr de Famílias	% de Famílias	% Acumulado	Nr de Pessoas por Família	Nr de Famílias	% de Famílias	% Acumulado
1	2	3,3	3,3	1	1	2,8	2,8
2	25	41,0	44,3	2	13	36,1	38,9
3	15	24,6	68,9	3	10	27,8	66,7
4	13	21,3	90,2	4	8	22,2	88,9
5	2	3,3	93,4	5	1	2,8	91,7
6	3	4,9	98,4	6	2	5,6	97,2
8	1	1,6	100,0	8	1	2,8	100,0
TOTAL	61	100		TOTAL	36	100	

Pessoas com zero anos ou mais de idade.

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo e elaborados pelos autores.

Certamente a maior proximidade com os municípios de Uberlândia – e Araguari, no caso de Indianópolis – ajuda a explicar a pequena presença dos jovens nas áreas rurais – assim como também pode explicar a maior presença de famílias pluriativas intersetoriais, comparativamente às famílias pluriativas tradicionais, conforme já visto na Tabela 1. A aposentadoria rural, por outro lado, possibilita a permanência da população idosa no

município, e suas conseqüências sobre a agricultura familiar (e sobre a pluriatividade), nesse sentido, respaldando nossa hipótese de trabalho.

campo¹⁶, enquanto os jovens migram para as áreas urbanas em busca de sua autonomia econômico-financeira, que o campo não lhes proporciona.

As motivações que movem os jovens a buscarem as áreas urbanas, conforme apontado na literatura (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999; FROEHLICH e RAUBER, 2009; entre outros), seriam: busca de maior autonomia econômico-financeira, estudos e lazer. Especialmente quando se tratam de pequenos estabelecimentos rurais em que se tornam difíceis as partilhas sucessórias, apontando para os jovens um futuro incerto no meio rural. Se para os pais já é difícil gerar renda suficiente para sobrevivência na propriedade, mais difícil será com a partilha (parcelamento) da terra.

Apesar de estarmos analisando unidades familiares que as classificamos como agricultura familiar – as quais conceitualmente se entende como unidades que utilizam majoritariamente o trabalho familiar nas atividades correntes do estabelecimento produtivo –, pôde-se observar na pesquisa de campo que a maioria dos produtores familiares entrevistados necessitam de “outros braços” (não familiares) para executar as tarefas mais importantes do ciclo produtivo: limpar o terreno, plantar e colher. A Tabela 8A mostra que, no caso da amostra de Indianópolis, do total de unidades familiares entrevistadas (com até 20 ou até 50 hectares) praticamente 70,0% delas recorreram à força de trabalho extra-familiar, em alguns momentos decisivos do ciclo de produção. No caso de Araguari, Tabela 8B, essa porcentagem fica em torno de 40,0% de famílias, principalmente de conta-próprias, que contrataram força de trabalho extra-familiar.

Tabela 8A: Número absoluto e relativo da Agricultura Familiar (com até 20 e até 50 hectares de área) que contratou empregados temporários: **Indianópolis, MG, 2009.**

Famílias de Conta-próprias e de Empregadores com até 2 empregados permanentes					
ATÉ 50 HECTARES			ATÉ 20 HECTARES		
	Nr de Famílias	% de Famílias		Nr de Famílias	% de Famílias
Não	14	30,4	Não	8	30,8
Sim	32	69,6	Sim	18	69,2
TOTAL	46	100	TOTAL	26	100
Famílias de Conta-próprias					
ATÉ 50 HECTARES			ATÉ 20 HECTARES		
	Nr de Famílias	% de Famílias		Nr de Famílias	% de Famílias
Não	13	29,5	Não	7	29,2
Sim	31	70,5	Sim	17	70,8
TOTAL	44	100	TOTAL	24	100

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo e elaborados pelos autores.

Essas informações revelam a ocorrência de um processo de *desdiferenciação* apontado pela literatura (MINGIONE e PUGLIESE, 1987; GRAZIANO DA SILVA, 2002), em que o agricultor familiar, devido ao aprofundamento do processo de modernização, não se diferencia dos demais tornando-se um exclusivo produtor por conta-

¹⁶ Mais adiante será mostrada a importante participação da renda de aposentadorias (e pensões) na composição da renda familiar.

própria, ou um exclusivo empregador (no nosso caso, com até dois empregados permanentes), mas, a depender da época do ciclo de produção, esse mesmo produtor familiar pode ser ora um conta-própria, ora um empregador (temporário), ora um empregado (família pluriativa). Em determinadas fases do ciclo produtivo ocorrem subcontratações de outros produtores – também “conta-próprias” ou pequenos “empregadores” que se assalariam nesses momentos da produção, nos estabelecimentos dos contratantes (“conta-próprias”). Percebeu-se com esta pesquisa de campo questões que, embora não sejam o escopo deste trabalho, merecem registro: em determinados momentos das atividades produtivas agrícolas anuais as unidades familiares por conta-própria necessitam e recompõem o contingente de trabalhadores assalariados, o que evidentemente é – para os propósitos deste trabalho – um explicativo da permanência das unidades por “conta-própria” (agrícolas ou pluriativas). A existência de prestadores de serviços agrícolas (aluguel de máquinas, equipamentos) juntamente com mão-de-obra extra-familiar disponível, em certos momentos decisivos dos ciclos produtivos, ajudam a manter as unidades por “conta-própria”, e sustentar a pluriatividade.

Tabela 8B: Número absoluto e relativo da Agricultura Familiar (com até 20 e até 50 hectares de área) que contratou empregados temporários: **Araguari, MG, 2009.**

Famílias de Conta-próprias e de Empregadores com até 2 empregados permanentes					
ATÉ 50 HECTARES			ATÉ 20 HECTARES		
	Nr de Famílias	% de Famílias		Nr de Famílias	% de Famílias
Não	37	60,7	Não	21	58,3
Sim	24	39,3	Sim	15	41,7
TOTAL	61	100	TOTAL	36	100
Famílias de Conta-próprias					
ATÉ 50 HECTARES			ATÉ 20 HECTARES		
	Nr de Famílias	% de Famílias		Nr de Famílias	% de Famílias
Não	36	60,0	Não	20	57,1
Sim	24	40,0	Sim	15	42,9
TOTAL	60	100	TOTAL	35	100

Fo

n.te: Dados obtidos na pesquisa de campo e elaborados pelos autores.

A informação sobre a renda das unidades familiares pesquisadas encontra-se na Tabela 9. A coleta dessa informação é acompanhada de certa dificuldade para se inferir satisfatoriamente as diferentes fontes de renda, dado os problemas conhecidos relacionados às declarações dos entrevistados quando se trata de rendimentos. Os agricultores familiares entrevistados não têm uma cultura de manter sua contabilidade atualizada, registrada, fato que dificulta uma precisão dos dados levantados. De qualquer forma, julga-se que se conseguiu resultados não desprezíveis.

Observe-se que as rendas médias anuais apresentadas na última coluna da Tabela 9, particularmente para as famílias de conta-próprias (de ambos os municípios pesquisados), não são rendas que justificam considerar que se tratam de famílias de produtores agrícolas “capitalizados” – a única exceção é a única família de empregador, da amostra de Araguari. Além do mais, no caso da amostra de Indianópolis, note-se que as atividades agrícolas não

são responsáveis pela geração do total dessas rendas, mas apenas 62,8% (famílias de conta-próprias); ou seja, quase 40,0% dessas rendas é oriundo de fontes não agrícolas. Mesmo no caso das famílias de conta-próprias estritamente agrícolas, 22,5% da renda média desse tipo familiar deriva de fontes do não trabalho (aposentadorias/pensões ou outras). Note-se que as rendas de fontes não agrícolas correspondem à soma das rendas do trabalho não agrícola com as rendas do não trabalho: aposentadorias (e pensões) e outras fontes de renda (aluguel, rendimentos financeiros, doações, etc.). As famílias de empregadores não declararam essas rendas do não trabalho.

A Tabela 9 mostra também que no conjunto das famílias conta-próprias pluriativas, de Indianópolis, quase a metade (47,8%) da renda média familiar provém de fontes não agrícolas, o que mostra a importância que tem, para estas famílias, em primeiro lugar, as atividades não agrícolas (23,5%), seguidas das aposentadorias/pensões (17,0%) e de outras fontes de renda (7,3%). O caso das famílias de conta-próprias pluriativas tradicionais, de Indianópolis, é mais elucidativo do que se quer destacar, ou seja, para esse tipo familiar apenas metade (50,5%) da renda média familiar é gerada pelas atividades agrícolas – e ainda se deve atentar para o fato de que parte desses 50,5% se deve a assalariamento¹⁷ em outros estabelecimentos, e não às atividades desenvolvidas por conta-própria no próprio estabelecimento.

Tabela 9: Composição percentual da renda média anual da Agricultura Familiar (com até 50 hectares), segundo diferentes fontes de renda e tipos de famílias: Araguari e Indianópolis, MG, 2009.

Indianópolis					
TIPO DE FAMÍLIA	Renda Agrícola (%)	Renda Não Agrícola (%)	Aposentadorias / Pensões (%)	Outras Fontes de Renda (%)	Renda Média Anual (R\$)
Empregador					
Agrícola	100,0	0,0	0,0	0,0	43.825,00
Conta-própria	62,8	13,6	17,8	5,7	27.053,99
Agrícola	77,5	0,0	18,9	3,6	27.475,24
Pluriativo	52,2	23,5	17,0	7,3	26.755,61
Agrícola <i>com</i> Agrícola	50,5	0,0	15,7	33,8	17.756,50
Agrícola <i>com</i> Não Agrícola	52,3	24,9	17,1	5,8	27.573,71
Araguari					
TIPO DE FAMÍLIA	Renda Agrícola (%)	Renda Não Agrícola (%)	Aposentadorias / Pensões (%)	Outras Fontes de Renda (%)	Renda Média Anual (R\$)
Empregador					
Agrícola	93,8	0,0	6,2	0,0	180.780,00
Conta-própria	77,2	3,4	11,6	7,8	31.848,39
Agrícola	79,0	0,0	10,8	10,2	38.239,37
Pluriativo	74,1	9,3	13,1	3,5	24.719,98
Agrícola <i>com</i> Agrícola	67,7	0,0	23,9	8,4	23.355,33
Agrícola <i>com</i> Não Agrícola	74,9	10,4	11,8	2,9	24.897,97

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo e elaborados pelos autores.

¹⁷ Lembrando, conforme exposto na seção da Metodologia, que as *famílias pluriativas tradicionais* são aquelas em que um dos membros se ocupa na agricultura por conta-própria e pelo menos um outro se ocupa na agricultura como trabalhador assalariado.

O caso das famílias de conta-próprias pluriativas intersetoriais (agrícola *com* não agrícola) é semelhante ao caso das famílias de conta-próprias pluriativas tradicionais; porém, com destaque para a importância da renda *do trabalho* não agrícola, que foi responsável por praticamente um quarto (24,9%) da renda média desse tipo familiar (as fontes do *não trabalho* responderam pelo quase outro quarto de renda, 22,9%), de Indianópolis.

Comparativamente a essas observações sobre a composição da renda média familiar da amostra de Indianópolis, a Tabela 9 mostra, para o caso de Araguari, uma maior participação relativa das fontes de renda *agrícola* na composição da renda média familiar. No caso das famílias de conta-próprias da amostra de Araguari, a participação das rendas não agrícolas atinge no máximo 22,8% da renda média familiar – no caso das famílias de conta-próprias estritamente agrícolas essa porcentagem cai para 21,0% (rendas do não trabalho), e, entre as famílias de conta-próprias pluriativas, aumenta para praticamente um quarto da renda média familiar (25,9%) –, ou seja, mais de 70,0% da renda média dos tipos de famílias de conta-próprias é gerado pelas atividades *agrícolas*.

Além disso, importa observar que a renda média das famílias de conta-próprias estritamente agrícolas da amostra de Araguari (R\$38.239,37) é mais alta do que a renda média do mesmo tipo familiar da amostra de Indianópolis (R\$27.475,24). Essa informação, juntamente com as informações dos parágrafos anteriores – relativos à composição da renda média familiar, das amostras de Indianópolis e Araguari – talvez possam estar sugerindo que a amostra de agricultores familiares que apresentou uma maior adoção de recursos tecnológicos (muito próprios dos “pacotes tecnológicos” da revolução verde) obtêm uma renda média familiar inferior à amostra de agricultores familiares com menor utilização dos “pacotes tecnológicos”. Essa observação seria uma evidência de que quanto mais forte for o envolvimento dos pequenos agricultores familiares com os capitais diretamente associados aos “pacotes tecnológicos” (capital industrial e mercantil) e com os capitais que exigem o uso daqueles “pacotes” (agroindústrias), maior tende a ser a apropriação do superproduto por parte desses capitais, de modo que esses pequenos produtores familiares “tecnificados” pouco se apropriam do excedente por eles produzido?¹⁸ Análise que identificam, cada uma ao seu modo, semelhante relação de subordinação dos agricultores (ou camponeses) familiares “tecnificados” aos capitais que orbitam ao redor de suas produções podem ser encontradas em Kautsky (1986), Guimarães (1979), Graziano da Silva (1981), Wanderley (1985), Thomaz Jr (2008), entre outros.

Nesse mesmo sentido, a despeito dessas relativas diferenças observadas entre as duas amostras pesquisadas, ao se considerar o conjunto das observações expostas nas

¹⁸ Um caso emblemático dessa subordinação e de suas conseqüências para os pequenos agricultores familiares entrevistados é a produção leiteira. Primeiramente porque esse agricultor só conseguirá se integrar às agroindústrias beneficiadoras do leite se conseguir fornecê-lo com certa regularidade, ou seja, caso contrário terá dificuldades para comercializar o produto. Mas aquela subordinação se dá principalmente porque (uma vez integrado), essas agroindústrias não só vendem (ou cedem) os tanques de resfriamento, como os demais insumos requeridos para a produção do leite, como ração, sal e medicamentos em geral, inclusive a própria assistência técnica, mas também compram a produção descontando da mesma o valor dos insumos adquiridos pelo produtor rural, de modo que o mesmo tem pouco (ou nenhum) poder de barganha. Aliás, muitos deles afirmaram durante as entrevistas que apesar da incorporação dos “pacotes tecnológicos” o preço pago pelo litro do leite pouco alterou resultando assim, em alguns casos, no abandono da produção do leite como um produto final e sua substituição pela produção de queijo, que, por sua vez, também tem deixado de ser uma alternativa segura devido especialmente às exigências sanitárias e as dificuldades dos produtores rurais em se adequarem a elas.

páginas anteriores referentes, sobretudo, ao tamanho da propriedade, indicador de nível tecnológico e renda média familiar, e considerando as inúmeras observações realizadas *in loco*, é possível sugerir a interpretação de que o grau de tecnificação observado numa fração considerável das amostras pesquisadas não se reflete em um bem-estar mais elevado das famílias pesquisadas, em ambas as amostras. Os domicílios são simples, com um padrão de construção e de consumo doméstico que não expressam a existência de algum processo de “capitalização” por parte das famílias produtoras. É possível ver, no “quintal” (ou barracões) de vários domicílios, maquinários (e sacas de insumos químicos, sementes melhoradas, ração industrializada, etc.), considerados caros, enquanto que se observam instalações domésticas que refletem um padrão de consumo relativamente baixo.

Pôde-se perceber¹⁹ na pesquisa de campo, nas inúmeras idas e vindas aos estabelecimentos pesquisados, e nas também inúmeras observações e entrevistas, não só quantitativas mas, especialmente, nas qualitativas, que esse aparente paradoxo – de um lado, elevada tecnificação, e, de outro, baixo padrão de consumo (refletindo baixa *capitalização*) – se explica pelo fato de que o agricultor familiar não se apropria do valor excedente por ele produzido, mas, muito provavelmente, quem se apropria são os demais capitais que giram em torno da sua produção; ou seja, quem se apropria são os capitais fornecedores de equipamentos, máquinas, insumos (agrotóxicos, sementes, ração), através dos quais, por serem obrigados, pela concorrência, a incorporá-los na sua produção, os produtores familiares ficam permanentemente endividados²⁰. Como eles mesmos relatam nas entrevistas: “o que ganhamos só dá para pagar as dívidas, e olhe lá”.

A realidade observada *in loco* nos faz perceber claramente essa situação de *fragilidade e subordinação* do elo agropecuário ao capital industrial e mercantil (fornecedor, repassador, de insumos; e de controle sobre a comercialização, transporte). Subordinação que faz com que o grau de tecnificação (máquinas, equipamentos e insumos modernos) não se traduza em melhor bem-estar; mas, na verdade, oculta a face do recorrente endividamento ao qual estão submetidos os produtores familiares entrevistados. Ou seja, uma crescente *tecnificação* que não se expressa em uma *capitalização* crescente – uma situação que demonstra que os produtores familiares pesquisados podem ser identificados de forma mais evidente como trabalhadores para o capital (WANDERLEY, 1985).

¹⁹ Essa percepção reitera a interpretação exposta, por exemplo, em Graziano da Silva (1981), assim como também a clássica “Tesoura de Preços” exposta em Guimarães (1979).

²⁰ Cabe aqui sublinhar também a figura do *atravessador* nesse processo de *endividamento* dos agricultores familiares amostrados, decorrente da subordinação a esses atravessadores para que a produção seja comercializada: se, por um lado, os produtores entrevistados têm pouco poder de barganha em relação aos atravessadores, por outro lado, em certos casos são os próprios agricultores que arcam com os custos de comercialização, de modo que quem se apropria de parte dos excedentes da produção são, entre outros, esses atravessadores. A exemplo, na CEASA-UDIA (Central de Abastecimento de Uberlândia), para a qual se destina, via atravessadores, boa parte da produção de ambas as amostras de agricultores familiares pesquisados, esses têm que pagar, além do frete, o descarregamento das caixas, lavá-las, e pagar o aluguel das pedras onde a mercadoria será exposta, tornando assim ainda mais onerosa a sua atividade agrícola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurando contribuir com o debate sobre a importância da persistência da agricultura familiar (e das famílias pluriativas) como um segmento social basilar do desenvolvimento econômico-social, buscou-se, conforme antecipado na Introdução deste trabalho, sistematizar ao longo do texto um quadro mais claro da real situação socioeconômica do país no início do século XXI, ao nível das áreas rurais dos municípios de Araguari e Indianópolis, esperando que os resultados deste trabalho possam servir de subsídio para novos estudos e, por que não, para a proposição de políticas de desenvolvimento rural mais próximas da realidade da vida plural do novo mundo rural brasileiro, sobretudo das populações rurais dos municípios selecionados, haja vista o quadro apontado na seção anterior de fragilidade de uma parcela significativa da amostra das unidades familiares agrícolas pesquisadas.

Por outro lado, conforme apreendeu-se na pesquisa, há também elementos que ajudam a explicar, a despeito do grau de fragilidade revelado, a persistência dessas mesmas unidades familiares em manter as atividades agrícolas: i) insuficiente oferta de oportunidades ocupacionais não agrícolas (nas sedes dos municípios circunvizinhos); ii) baixa escolarização, dos chefes e filhos, que os desqualifica para ocupações não agrícolas fora do estabelecimento; iii) o “custo de saída” da atividade agrícola, após realizados investimentos; iv) a possibilidade de utilizar os serviços produtivos de terceiros (trabalho temporário); v) o acesso ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que, para vários entrevistados, foi responsável pelo aumento da tecnificação e, por conseguinte, da produção e da renda.

Dentre esses fatores determinantes dessa persistência, percebeu-se nas entrevistas que o PRONAF (financiando a produção), assim como outros programas oficiais – esses outros não captados nas entrevistas quantitativas, mas apenas nas qualitativas – tais como o Programa Mais Alimentos (também financiando investimentos produtivos), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – ambos assegurando mercado para os produtos da agricultura familiar – são os fatores mais desejáveis para reduzir a fragilidade que foi ressaltada ao longo deste texto. Ou seja, a ampliação de Programas dessa natureza – conforme foi exemplificado com o PRONAF, na seção anterior – poderão elevar a capacidade dos agricultores familiares de se afirmarem nos mercados de produtos, e permanecerem nas atividades agropecuárias, e na terra.

É certo que os produtores familiares precisam não só de mais apoio das políticas públicas de crédito para o financiamento da produção. Precisam também de: i) apoio para participarem de melhores estruturas de comercialização (a exemplo do PAA e PNAE), para amenizar a subordinação ao capital mercantil²¹; ii) assistência técnica mais efetiva, não apenas formal (é, por exemplo, reduzido o quadro de técnicos da Emater, que tem que atender muitos produtores, e que, por essa razão, muitas vezes se limitam a “assinar uma DAP”²²); iii) orientação sobre noções de administração dos recursos (registros contábeis, fluxos de caixa).

²¹ Permanecem atualíssimas as ponderações feitas por Rangel (1983) acerca do papel da estrutura de comercialização se apropriando de parcela significativa dos lucros dos pequenos produtores familiares.

²² DAP – Declaração de Aptidão, necessária para reconhecer o produtor familiar como tal e, como isso, habilitá-lo a ser um beneficiário do PRONAF.

Enfim, o propósito foi o de contribuir com outros estudos que também suscitaram semelhantes reflexões. A pesquisa de campo que resultou neste artigo deu mais convicção sobre a pertinência e urgência delas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. (1999). Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Texto para Discussão**, n. 621. Rio de Janeiro: IPEA. 23p.
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. [Org.]. *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. Jaguariúna: Embrapa-Meio Ambiente. 4v, 2000.
- FROEHLICH, J. M.; RAUBER, C. C. (2009). Dinâmica demográfica rural na região central do Rio Grande do Sul: êxodo seletivo e masculinização. **Anais do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER**. Porto Alegre, 14p.
- GARLIPP, A. A. D. (1999). Mecanização e emprego rural: os casos do café e da cana-de-açúcar no triângulo mineiro e alto Paranaíba. Uberlândia, MG: IE/UFU. (dissertação de mestrado)
- GRAZIANO DA SILVA, J. A pequena produção e as transformações na agricultura brasileira. In: GRAZIANO DA SILVA, J. (1981). *A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 126-141. (Coleção Agricultura e Sociedade).
- GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. 2ª Ed. Campinas: UNICAMP/IE, 2002. (Coleção Pesquisas, n. 1)
- GUIMARÃES, A. P. *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979. (Coleção O Mundo, hoje; v. 29).
- INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *IBGE Cidades*. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 21 de março de 2011.
- KAUTSKY, K. *A Questão Agrária*. São Paulo: Nova Cultural. 1986 (Os Economistas)
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, v. II. São Paulo: Abril Cultural. 1985. (Os Economistas).
- MINGIONE, E.; PUGLIESE, E. (1987). A difícil delimitação do “urbano” e do “rural”: alguns exemplos e implicações teóricas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 22, pp. 83-98.
- NASCIMENTO, C. A.; MENDES, S. R.; CARDOSO, J. G. Agricultura Familiar, Tecnificação, Envelhecimento e Políticas Públicas: um estudo de caso em Indianópolis, MG. In: *Anais do 49º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER*, 2011. Belo Horizonte, MG.
- NASCIMENTO, C. A. A pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no Sul do Brasil: pobreza rural e políticas públicas. *Economia e Sociedade* (UNICAMP), v. 18 (36), p. 317-348. 2009.

- NASCIMENTO, C. A. *Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas: uma análise comparada entre Brasil e União Européia*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 282p. 2008.
- NASCIMENTO, C. A. Pluriatividade e Políticas Públicas: o caso do Sul do Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 27, p. 452-471. 2007.
- NASCIMENTO, C. A. (2005a). *Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas*. Campinas, SP: IE/Unicamp. (tese de doutoramento).
- NASCIMENTO, C. A. (2002). *Evolução das famílias extensas no Brasil e Grandes Regiões: pluriatividade e trabalho doméstico, 1992-1999*. Campinas, SP: IE/Unicamp. (dissertação de mestrado).
- ORTEGA, A. C., GARLIPP, A. A. D., JESUS, C. M. (2004). Terceirização e emprego rural na agricultura do cerrado mineiro: os casos da mecanização no café e na cana-de-açúcar, in: CAMPANHOLA, C., GRAZIANO DA SILVA, J. (orgs.). *O novo rural brasileiro: novas atividades rurais*, vol. 6. Brasília, DF: Embrapa.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano*. 2000. www.pnud.org.br, Acesso em 21 de março 2011.
- RANGEL, I. (1983). **A Inflação Brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- SOUZA, M.; LINDNER, M. O Turismo na Revalorização da Agroindústria Rural na Rota Gastronômica de Silveira Martins-RS, Brasil. *Revista Labor Interdisciplinaria de Desarrollo Regional*, v. 16, p. 125-140. 2010.
- THOMAZ Jr, A. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria: qual o lugar do campesinato e do proletariado? In: FERNANDES, B. M. [org.] *Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular. 2008.
- WANDERLEY, M. N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*. Brasília, 2 (1), pp. 13-78, jan./abr. 1985.